



A DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PATOS DE MINAS E UBERABINHA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Cinira Aparecida de Oliveira¹, Felipe Henrique Moura Andrade²

^{1,2}Instituição: Universidade de Uberaba - UNIUBE

¹e-mail: cinira_cy@hotmail.com, ²e-mail: felipehenriquemoura@hotmail.com

Linha de trabalho: Políticas Públicas na Educação

Resumo

O tema da pesquisa está voltado para o estudo da Educação Pública durante o período da República Velha e sua influência em âmbito nacional. O objetivo é analisar a documentação oficial de Uberabinha e Patos de Minas, a qual consiste nas Atas das Câmaras Municipais, Atos do Executivo, Reportagens de Imprensa e Bibliografia Especializada para uma análise imparcial dos fatos encontrados. Na questão metodológica da pesquisa estamos transcrevendo a documentação do Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte. Simplificando, foi finalizada a organização, análise, checagem das categorias e transcrição das fontes pesquisadas que foram jornais de época, legislação e atas das câmaras municipais. Dessa maneira, foi possível relacionar as categorias mencionadas nas documentações municipais com os planos, programas, reformas e iniciativas, perfil do professor, promovidos pelas esferas mais altas da política educacional estadual e nacional.

Palavras-chave: História da Educação, República Velha, Uberabinha, Patos de Minas.

Contexto do Relato

Esta pesquisa¹ teve origem através da transcrição, por uma equipe de 3 pessoas, da documentação das Câmaras Municipais de Uberabinha e Patos de Minas, mas especificamente as Atas do Legislativo, no que tange à educação no período de 1888 a 1930, pois percebemos a riqueza documental e decidimos explorar tais fontes.

Trabalhando nas Atas da Câmara Municipal de Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929), encontramos uma preocupação decisiva pela instrução pública, de tal forma que as 4 primeiras leis aprovadas pela primeira edilidade em 1892 (o município é de 1888), referem-se

¹ Temos como orientadora desta pesquisa a Profa. Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, professora do Programa de Mestrado em Educação da UNIUBE.



todas à educação, incluindo Lei de Instrução e Regulamento Escolar, além de determinações com relação às aulas noturnas e à divisão do município em circunscrições literárias. Ou seja, encontramos um “plano de educação”, caracterizando o município como um território pedagógico e não apenas político-administrativo. Percebemos que o município pedagógico² é, provisoriamente, entendido como uma entidade político-administrativa do final do séc. XIX pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. No âmbito da crença no poder regenerador da educação e da difusão dos sistemas escolares, as elites locais fazem uso desse processo para a definição de uma identidade municipal e para a defesa de objetivos particulares. Esta concepção nos motivou a avançar o estudo da formação do sistema de instrução pública no Brasil para além da análise estadual, estendendo essa investigação aos municípios, no caso, tomando Uberabinha como referência. Em seguida, estas constatações nos levaram a pensar um projeto de História da Educação Comparada, buscando compreender o fenômeno da formação do município pedagógico em algumas cidades do estado de Minas Gerais. Esta opção remeteu a uma reflexão sobre a importância e os cuidados para com a história comparada, bem como à discussão do processo de difusão dos sistemas escolares de ensino na segunda metade do séc. XIX e início do XX, avançando a análise para além das perspectivas nacional e estadual. O limite temporal estabelecido foi, por um lado, 1889, com o início da República e, por outro, o ano de 1906, marcado pela reforma João Pinheiro, que instituiu o sistema de grupos escolares no estado, abrindo caminho para uma nova fase na educação mineira. Deve-se chamar a atenção que essas datas são apenas referenciais, não se configurando qualquer tipo de camisa de força para as

² O professor Wenceslau Gonçalves Neto definiu a categoria de município pedagógico como: o município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, dado seu uso recente, e tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é impulsionado, na época, pela crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_municipio_pedagogico.htm, acesso em 10 de julho de 2013.

orientações da pesquisa, que podem se voltar tanto para períodos anteriores como posteriores. Neste momento, propõe-se a ampliação do universo de estudo, incluindo a cidade de Patos de Minas. Tal ampliação visa utilizar categorias comuns de análise, para se aquilatar as proximidades e os distanciamentos na formação do município pedagógico nessas localidades. Tomamos como unidade de comparação estes municípios, por terem sua documentação organizada nos Arquivos Municipais e por contarem com instituições de ensino superior, o que facilita o diálogo com outros pesquisadores e parcerias institucionais na catalogação e interpretação dos dados.

Detalhamento das Atividades

Nosso estudo, além de ser uma pesquisa bibliográfica, é também uma pesquisa documental com o referencial em Bardin (2009). Como referencial teórico-metodológico do período, trabalhamos com Jorge Nagle (2002), José Murilo de Carvalho (2004), Marta Chagas de Carvalho (2001), Wenceslau Gonçalves Neto (2009) e Justino Magalhães (2000), entre outros. Todos esses autores trabalham com a educação na Primeira República. No que se refere aos dados das Atas das Câmaras Municipais, para análise foram coletados de 26 livros provenientes dos Arquivos Públicos de Uberlândia e 23 livros de Patos de Minas. Quanto aos jornais de época, transcrevemos mais de 400 artigos que versam sobre a educação dos dois municípios. Como resultados parciais, apresentamos a transcrição e categorização das Atas Legislativas e periódicos, organizados em ordem cronológica com tudo o que se refere a educação no período. No momento, estamos trabalhando com dados do Arquivo Público Mineiro e desenvolvendo um artigo científico com tema voltado para as construções das escolas nesse período.

Análise e Discussão do Relato

Realizamos um levantamento mais pormenorizado nos Arquivos Públicos Municipais de Uberlândia e Patos de Minas, recuperando todas as informações relativas à educação que aparecem na imprensa local, catalogando as revistas que tratam de educação e anotando o conteúdo destas informações em fichas especificamente preparadas para este fim. Também foi



realizado o levantamento do conjunto da documentação existente nas escolas mais importantes da região, em termos de influência político-cultural e também pelo período de inauguração, para que se pudesse aquilatar, pela via da história das instituições escolares, o processo de escolarização regional.

Da experiência adquirida nestes trabalhos catalográficos e do contato com importantes documentos ligados à educação regional, amadureceu a nossa preocupação em proceder à análise e interpretação não apenas destes, mas de diversas outras documentações identificadas, o que permitiria a recuperação do “percurso” da educação no palco de estudo, bem como a identificação das correntes de pensamento que circulavam pelas cidades da região, em particular da então Uberabinha, viabilizando a compreensão tanto do processo de crescimento material – fundação, ampliação, etc de escolas -, como também das ideias, das representações, dos jogos de poder que se faziam presentes, e que se encontram dispersos na documentação, em particular nas Atas das Câmaras Municipais dos municípios anteriormente citados, principalmente no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Ao lado destas preocupações identificamos a quase inexistência de estudos específicos sobre a temática histórico-educacional na região, existindo apenas trabalhos monográficos de caráter geral, esforços não acadêmicos, descrições diversas, etc., que, apesar de importantes para a compreensão da história regional, mantêm a História da Educação como universo praticamente intocado na região.

Assim sendo, diante destas colocações iniciais, não podemos trabalhar com segurança a História da Educação nacional sem o domínio do processo nas diversas regiões, o que permite aquilatar a extensão das propostas teóricas e promover as necessárias correções, quando for o caso. Da mesma forma, não se pode promover o estudo isolado da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral, mais abrangente. Assim, não nos propomos a fazer História da Educação regional mas, sim, História da Educação brasileira com ênfase no regional, utilizando de documentações específicas que auxiliem no processo de compreensão da realidade nacional.

Ao lado dessas preocupações, começamos a identificar várias séries de documentações que poderiam contribuir significativamente para a compreensão da História da Educação da região, mas que se encontravam intocadas nos arquivos, distantes tanto do trabalho dos memorialistas das cidades ora em estudo como dos pesquisadores acadêmicos. Referimo-nos principalmente às Atas das Câmaras Municipais de Uberabinha e Patos de Minas,

complementarmente, aos registros dos Atos dos Agentes Executivos e dos Prefeitos dos municípios, aos livros que contêm leis, decretos, etc, aos registros contábeis envolvendo gastos com a educação, entre outros. O estudo dos dados da imprensa mostrou-se bastante rico mas, ao mesmo tempo, indicou a necessidade do cruzamento com outras fontes, para que se possa alargar ainda mais o campo de visão sobre a educação na região. E esta passou a ser nossa preocupação: identificar as representações de sociedade, civilização, progresso, educação, presentes no imaginário e na ação das elites de Uberabinha e Patos de Minas no período republicano, notadamente nas suas ações políticas. Estes elementos já foram identificados na imprensa, mas apenas a partir de 1907, quando se encontra uma prática jornalística efetiva nas cidades, com periódicos se mantendo por anos, ininterruptamente, tornando necessário buscar-se a sua matriz que, supomos, está nos projetos dos grupos políticos dominantes, que poderão ser identificados na documentação das Câmaras, das Prefeituras³. Do cruzamento destas informações com o que já se captou na imprensa, julgamos poder oferecer uma interpretação sobre o movimento da educação na região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro⁴.

Desta forma, como já dissemos, não nos propomos a fazer História da Educação regional, mas sim, História da Educação brasileira com ênfase no regional, utilizando documentações específicas que auxiliem no processo de compreensão da realidade nacional. Esta é a preocupação central que sempre norteia esta proposta de pesquisa.

A utilização de documentação de caráter político, como a que indicamos acima, tem sido de fundamental importância para o conhecimento e compreensão dos processos sociais ao longo do tempo. A partir destes dados é possível recuperar-se as relações, os conflitos de poder,

³ Estamos referindo-nos a elite como “grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem *status* elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade” (BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 15; cf. também o verbete “elites” em BOBBIO, N. et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1997). Em Uberabinha, portanto, esta elite incluiria não apenas a classe dominante em termos econômicos, mas também professores, padres, jornalistas, intelectuais em geral, etc. Deve se considerar, ainda, que a elite não é um estrato homogêneo: existe a elite política dominante e sua oposição, entre outras diferenciações.

⁴ Estamos referindo-nos a elite como “grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem *status* elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade” (BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 15; cf. também o verbete “elites” em BOBBIO, N. et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1997). Em Uberabinha, portanto, esta elite incluiria não apenas a classe dominante em termos econômicos, mas também professores, padres, jornalistas, intelectuais em geral, etc. Deve se considerar, ainda, que a elite não é um estrato homogêneo: existe a elite política dominante e sua oposição, entre outras diferenciações.

a formação das alianças, a ascensão e queda de grupos políticos, a ideologia dominante, as principais representações, etc.

Considerações

Portanto, ao estudarmos o período proposto, podemos ressaltar que a elite dirigente do país, ao implantar o Regime Republicano, tomou para si a responsabilidade de alcançar a passos largos, o progresso da nação, usando como elementos de sustentação, os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Tais elementos, iriam contribuir para disseminação dos ideais ordem de civilidade e do progresso pelo país.

Neste sentido, para atingir seus objetivos, era necessário que os governantes, reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. O regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país.

Todo este processo, deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo que inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa harmônica que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser extirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente.

Entretanto, para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um corpus social, era necessária sua disseminação. Dessa forma, a imprensa apresenta-se como principal elemento propagador dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa patense e uberlandense, ia de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando com caráter de urgência, a importância da instrução para o progresso da nação e chamando o povo para participar da condução do país em direção a modernidade.

Referências

ARANTES, Jerônimo. **Memórias históricas de Uberlândia**. 2º ed., Uberlândia, 1982.



AZEVEDO Fernando de. **A cultura brasileira**. 4. ed. rev. ampl., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

BANN, Stephen. **As Invenções da História: Ensaio Sobre a Representação do Passado**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASBAUM. Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Edição L. B, 1962.

BRITO, Maria Terezinha de. **A Escola Normal de Patos de Minas: 1932-1972. Na encruzilhada entre o novo e o velho**. São Carlos. SP, 1999.

CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. **Actas da Câmara**. Uberabinha 1891-1894.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa: as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922** - Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG 1911-1929)**. Uberlândia (MG): Faculdade de Educação/UFU, 2002 (dissertação mestrado).

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene Moral e Trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)**. Bragança Paulista – SP: EDUSF, 1998.

CATANI, Denice Barbara. **A Imprensa Periódica Educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional**. Educação e Filosofia, Uberlândia, MG, 115-130, jul. -dez. 1996.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Grifalbo, 1977.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Vilma Peres da (Org.). **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuários e Enxadachins: História de Patos de Minas**. Belo Horizonte: Inorabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses.

LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1893,

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NÓVOA, Antônio. **A Imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português**. In: Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

PAIM, Antonio. **O Liberalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

VIANNA, Paulo Domingues. **Constituição Federal e Constituições dos Estados**. Rio de Janeiro: editora (ilegível), 1911.

WIRTH, J. D. **O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Paz e Terra. São Paulo, 1983.